

Freguesias

32. Contratos Interadministrativos de delegação de competências a Freguesias.

Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias:

- a) Junta de Freguesia de Palmeira**, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Requalificação da Rua do Rio – Palmeira”, no valor de 57 075,50€.
- b) União de Freguesias de Cabreiros e Passos (S. Julião)**, para execução de “Honorários/Projeto - Requalificação da EM 561”, no valor de 19.426,62€.
- c) Junta de Freguesia de Tebosa**, para execução da obra denominada “Reforço de verba - Ampliação do Recreio Coberto do Jardim de Infância Escola Básica de Tebosa”, no valor de 4.683,02€.
- d) União de Freguesias de Crespos e Pousada**, para execução da obra denominada “Pavimentação da Rua de Ribas - Crespos”, no valor de 11.746,92€.
- e) União de Freguesias de Crespos e Pousada**, para execução da obra denominada ““Natura Park” – Pousada”, no valor de 78.550,24€.
- f) Junta de Freguesia de Ruílhe**, para “Reforço de Verba - Alargamento e Execução de Passeios da Rua das Lagarteiras – Ruílhe”, no valor de 5.089,95€.
- g) Junta de Freguesia de Sobreposta**, para execução da obra denominada “Requalificação e Alargamento da Rua da Piscina”, no valor de 157.857,43€.

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

**PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM
27/07/2023**

Considerando que:

1. Em 27/07/2023 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Palmeira, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Requalificação da Rua do Rio - Palmeira**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 224.596,39€ (duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e seis euros e trinta e nove cêntimos);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **57.075,50€** (cinquenta e sete mil e setenta e cinco euros e cinquenta cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 14 de Agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1.- A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

2 - O MUNICÍPIO, por força do disposto no n.º 2 do artigo 23.º da referida Lei n.º 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal;

3 - Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;

4 - De acordo com a experiência que tem adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;

5. Que, por força do disposto na alínea I), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução do Projeto denominado: «**Honorários/Projeto – Requalificação da EM 561**»

6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução do projeto, no valor de **19.426,62€ (dezanove mil, quatrocentos e vinte e seis euros e sessenta e dois cêntimos)**, que foi validado pela Divisão de Coesão Territorial e Acompanhamento das Freguesias/DMOSM;

7. Que, pelo presente, o Município delega na **Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)** a competência e a responsabilidade pela contratação e execução do mencionado projeto, transferindo, para o efeito, uma verba de **19.426,62€ (dezanove mil, quatrocentos e vinte e seis euros e sessenta e dois cêntimos)** com IVA incluído.

8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Cabreiros e Passos (S. Julião)** para a realização do projeto da obra supra referida, transferindo uma verba de **19.426,62€ (dezanove mil, quatrocentos e vinte e seis euros e sessenta e dois cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 16 de Agosto de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

24/05/2023

Considerando que:

1. Em 24/05/2023 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Tebosa, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Ampliação do Recreio Coberto do Jardim de Infância Escola Básica de Tebosa**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 41.868,86€ (quarenta e um mil, oitocentos e sessenta e oito euros e oitenta e seis cêntimos);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 6ª do contrato, estabelece que o *“montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentada e justificada, objeto de acertos financeiros”*;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **4.683,02 €** (quatro mil, seiscentos e oitenta e três euros e dois cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 16 de Agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Crespos e Pousada** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: **«Pavimentação da Rua de Ribas – Crespos»**;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **11.746,92€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Crespos e Pousada** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **11.746,92€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Crespos e Pousada** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **11.746,92€ (onze mil, setecentos e quarenta e seis euros e noventa e dois cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 26 de Agosto de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **União de Freguesias de Crespos e Pousada** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Natura Park**” – **Pousada**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **78.550,24€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **União de Freguesias de Crespos e Pousada** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **78.550,24€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **União de Freguesias de Crespos e Pousada** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **78.550,24€ (setenta e oito mil, quinhentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 26 de Agosto de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO CELEBRADO EM

17/07/2020

Considerando que:

1. Em 17/07/2020 foi celebrado, após aprovação dos órgãos, um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município e a Junta de Freguesia de Ruilhe, para contratação, fiscalização e execução da obra de «**Alargamento e Execução de Passeios da Rua das Lagarteiras – Ruilhe**»;
2. Para a prossecução do objeto definido no número anterior, foi concedida pelo Município à Freguesia, uma verba de 157.473,49€ (cento e cinquenta e sete mil, quatrocentos e setenta e três euros e quarenta e nove cêntimos);
3. Sem prejuízo do disposto no considerando anterior, o número 3 da cláusula 3ª do contrato, estabelece que “(...) o montante da verba a conceder poderá ser, desde que devidamente fundamentado e justificado, objeto de acertos financeiros”;
4. Foi reportado pela Freguesia ao Município, a necessidade de ajustar o valor inicialmente contratualizado, sendo necessário um reforço da verba inicialmente aprovada;
5. Os técnicos responsáveis da C.M.B. confirmaram e validaram a presente informação, conforme documentos anexos;
6. Validando assim a verba de **5.089,95€** (cinco mil e oitenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos - IVA incluído), a atribuir;

Assim sendo,

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a minuta de aditamento ao Contrato Interadministrativo referido, que se anexa.

Braga, 30 de Agosto de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Rio)

PROPOSTA

Considerando que:

1. A concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, conforme preceituado pelo art.º 118º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;
2. O município, por força do disposto no n.º 2, do artigo 23.º, da referida Lei nº 75/2013, dispõe de atribuições no domínio social, do equipamento rural e urbano, da promoção do desenvolvimento, entre outras e a Câmara Municipal dispõe de competências próprias, designadamente, em matéria de criação, construção de equipamentos, serviços e redes de circulação, conforme estabelecido na alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º do mesmo diploma legal;
3. Da conjugação do disposto no n.º 2 do artigo 117.º com o artigo 131.º, ambos da mesma Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 1, do artigo 29º, da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações, em especial, no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais;
4. De acordo com a experiência que tem sido adquirida, esta competência fica melhor acautelada se delegada na freguesia, em virtude de se encontrar mais perto da população e, por isso, melhor conhecedora das necessidades desta;
5. Por força do disposto na alínea l), do n.º 1, do artigo 33.º da referida Lei nº 75/2013, conjugado com a alínea i), do n.º 1, do art.º 16º do mesmo diploma legal, a Câmara Municipal de Braga preparou com a **Junta de Freguesia de Sobreposta** o presente contrato interadministrativo de delegação de competências, cuja minuta se anexa, com vista à execução da obra denominada: «**Requalificação e Alargamento da Rua da Piscina**»;
6. Que, nessa sequência, a Freguesia apresentou um orçamento para a execução da obra, no valor de **157.857,43€**, incluído IVA que foi validado pela DCTAF/DMOSM;
7. Que, pelo presente, o Município delega na **Junta de Freguesia de Sobreposta** a competência e a responsabilidade pela contratação, fiscalização e execução da mencionada obra, transferindo, para o efeito, uma verba de **157.857,43€** com IVA incluído.
8. A ser aprovada a verba em apreço, será paga mediante autos de medição (sem prejuízo da disponibilização dos demais documentos) e a apresentação da respetiva fatura, nos termos e nas condições do contrato interadministrativo, cuja minuta se anexa.

9. A concretização da delegação de competências, materializada na presente proposta, respeita os princípios estabelecidos no art.º 29º, nº 3 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, bem como os demais princípios que devem reger a negociação, a celebração, a execução e a cessação dos contratos, concretamente a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos, constantes do art.º 121.º da citada Lei nº 75/2013.

PROPONHO:

Que a Câmara Municipal aprove submeter à aprovação da Assembleia Municipal a delegação de competências na **Junta de Freguesia de Sobreposta** para a realização das obras acima referidas, transferindo uma verba de **157.857,43€ (cento e cinquenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e quarenta e três cêntimos)** ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 1 do artigo 33º e da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, tudo nos termos e nas condições constantes do contrato interadministrativo de delegação de competências a celebrar, cuja minuta se anexa.

Braga, 4 de setembro de 2024

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(Dr. Ricardo Rio)